

Os desafios da historiografia à escrita da história

Diogo da Silva Roiz *

REIS, J. C. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, 160p.

Neste livro, *O desafio historiográfico*, José Carlos Reis aborda de que maneira a escrita da história, no século passado, esteve às voltas com desafios que colocavam em questão a própria função do ofício de historiador. Dando destaque às tensões entre ciência histórica e arte narrativa, o autor descreve de que modo os desafios postos pela memória e pelo esquecimento permearam as discussões das últimas décadas do século passado, assim como durante os anos de 1960 e 1970, as distinções entre ciência e arte no campo da escrita da história foram às bases de uma tensão, enfatizada principalmente com a ‘virada linguística’. Para perscrutar esses dois instigantes desafios, o autor parte da análise das obras de Paul Ricoeur, para quem, segundo ele, em *Tempo e narrativa* (1983-1985) e em *A memória, a história e o esquecimento* (2000), este teria trazido significativas contribuições ao debate. Por fim, volta-se para o movimento dos *Annales*, que nas primeiras décadas do século passado teria respondido aos desafios lançados pelas Ciências Sociais e, depois, pelo(s) marxismo(s) a escrita da história e ao ofício do historiador, e a seu papel social ao estudar as sociedades do passado. Não por acaso, encerra sua discussão analisando a obra de Gilberto Freyre, cuja tensão entre ciência e arte não fugiria a escrita de suas obras, já nos anos de 1930. Por essa razão, esse livro está lucidamente articulado aos seus livros: *Escola dos Annales, a inovação em história* (2000) e *As identidades do Brasil 1 e 2* (1999b, 2006).

De imediato, cabe notar que essa não é a primeira vez em que o autor se encarrega de abordar esse assunto. Já experiente no campo da teoria e história da historiografia, com ensaios gerais, tanto quanto

* Doutor em História pela UFPR. Mestre em História pela UNESP. Professor da UEMS.
E-mail: diogosr@yahoo.com.br.

específicos a obra de autores e movimentos (2003b, 2003a, 1996, 2000), ele tem também contribuído com o estudo da apreensão do tempo, entre grupos e indivíduos de uma época para outra (1994a, 1994b), e a maneira com que o historiador o configura num tempo histórico. Além disso, já havia abordado certas tensões provocadas sobre a escrita da história, ao estar entre a ciência e a arte (1999a, 2003b), bem como as configurações das identidades do Brasil, com o estudo de alguns de seus principais intérpretes (1999b, 2006). Nesse sentido, a obra que o leitor encontra agora é fruto de intenso amadurecimento, em meio a várias investidas nesse campo de pesquisa, que o autor fez ao longo dos anos.

Por estar agrupada à série História, da FGV de bolso, fazendo parte de seu décimo terceiro número, este livro traz ainda as marcas de um formato que veicula a apresentação rápida, embora não seja igualmente simples ou fácil, de um tema complexo e arduo, como são, neste caso, os desafios da historiografia e a escrita da história ao longo do tempo. E Reis o faz com maestria e domínio, apresentando-o de modo elegante, por discutir questões complexas numa linguagem agradável e de fácil leitura, mas, como dito, sem deixar de lado a erudição e a complexidade das tramas que o assunto traz, ao difundir um saber historiográfico – tendo em vista que a “história da historiografia que explica a historiografia a si mesma” (p. 9).

De início, parte da constatação de que a “teoria da história acompanha e se confunde com a história da história”, no processo que subjaz à pesquisa e à escrita, quando o historiador inquire o percurso dos homens no tempo. Para ele, não é possível ser “historiador sem tomar o conhecimento histórico como problema, sem avaliar o tamanho das dificuldades do empreendimento historiográfico”, visto que se “o conhecimento histórico é a construção de um sujeito, este não pode praticá-lo surda e cegamente, precisa pôr em dúvida a sua capacidade de tocar o seu objeto, ‘homens no tempo’, e partir da possibilidade do nada ao ser” (p. 13). Desse modo, antes de averiguar os desafios sobre a escrita da história, constata quais as suas fragilidades, de acordo com seus principais críticos. Ao resumi-las, indica que sendo “conhecimento indireto, do passado, em linguagem polissêmica, apoiado em documentação suspeita, o conhecimento histórico é incapaz de fazer previsões e é articulável apenas depois do evento ocorrido, limitando-se a uma retrodicção pouco rigorosa” (p. 14). Além disso, “como conhecimento das ‘mudanças humanas no tempo’, o conhecimento histórico é uma construção fantasmagórica, pois, enquanto mudança, o seu objeto é misterioso, indecifrável, pois não é – *deixa de ser sempre*” (p. 15), o que, não por acaso, resultaria em praticar o que mais abomina, o anacronismo.

Para abordar quais são os principais desafios que a historiografia lançou a escrita da história no século passado, o autor toma como base o método retrospectivo de Marc Bloch, indo de questões próximas no presente para aquelas mais distantes no passado. Assim, o faz para abordar a memória e o esquecimento e as tensões entre ciência e arte na escrita da história. Em ambos os casos, detém-se sobre a obra de Paul Ricoeur. Acompanhando a interpretação deste autor em seu livro: *A memória, a história e o esquecimento*, Reis destacaria que a “historiografia está exposta fortemente a esse distúrbio da memória em suas três manifestações: ela pode decair em uma memorização congelada de datas, personagens e eventos, pode decair em repetição de atitudes políticas, sociais e culturais preconceituosas, que podem levar à repetição da tragédia do passado, pode decair em história oficial, em comemoração oficial de um passado manipulado pelos poderes atuais” (p. 39). Ao ampliar as relações entre memória viva e escrita da história em *Tempo e narrativa* e em *A memória, a história e o esquecimento*, estes livros de Ricoeur, para Reis, viriam a se tornar referências para o campo da teoria da história pós-89.

Após demonstrar como Ricoeur articulou suas reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento, Reis indica de que maneira refletiu o entrecruzamento entre narrativa histórica e narrativa de ficção em *Tempo e narrativa*. Igualmente sintetiza os principais argumentos do autor. Para fazer isso, efetua certa comparação entre ele e White, que veria que o “historiador [...] não pode ignorar a estreita relação entre história e mito”, que a “história não é uma ciência porque não é realista, o discurso histórico não apreende um mundo exterior, porque o real é produzido pelo discurso” e o que o “historiador produz são ‘construções poéticas’” (p. 64), dado que a história não passaria de uma representação narrativa de um passado já representado nos documentos. Para ele, se “para White, esta é a via única da historiografia, para Ricoeur, é uma via possível e legítima, mas não é a única”. Porque além de abordar uma *semiologia estruturalista*, “que aceita a suspensão que o texto faz da realidade e toma o texto como a própria realidade”, Ricoeur também se preocuparia com a *semântica hermenêutica*, que não toma o texto apenas em si mesmo, “não se restringe à suspensão que faz do mundo, mas o restitui ao diálogo, à comunicação viva” (p. 68). De acordo com ele, para Ricoeur, “a narração é a condição de uma experiência vivida mais humana, porque a narração dá forma e sentido ao tempo vivido, isto é, exterior, real, concreto”. Além disso:

[...] as narrativas histórica e ficcional são heterogêneas e se opõem, porque a primeira produz ‘variações interpretativas’ e a segunda cria ‘variações imaginativas’. A narrativa histórica, mesmo sendo uma construção interpretativa do passado, não se fecha em si mesma, procurando dados exteriores, objetivos, para se sustentar. As construções historiográficas têm uma relação de ‘representante’ com a realidade abolida e preservada nos arquivos. A narrativa histórica se diferencia da ficcional em seu esforço de inserir os seus eventos e personagens no tempo calendário, que é objetivo e exterior, cósmico e cultural, e se impõe à experiência vivida. A história revela a sua capacidade de configuração do tempo histórico pela utilização de certos instrumentos: o calendário, a sucessão de gerações, o recurso a arquivos, documentos e vestígios. São esses instrumentos que, ao conectarem o tempo vivido ao tempo cósmico e biológico, tornam o conhecimento histórico objetivo. O historiador cria um terceiro tempo, o ‘tempo histórico’, que faz a mediação entre o tempo cósmico e o tempo da experiência vivida, passando a possuir características de um e de outro (p. 71-2).

Assim, a “volta ao mundo da vida como solo pré-objetivo de toda experiência significativa é uma constante do pensamento de Ricoeur, onde as ‘interpretações’ é que criam e delimitam o sentido” (p. 89).

Para ele, o movimento dos *Annales*, ao procurar se consolidar no campo dos estudos históricos, respondendo as críticas e os desafios lançados pelas Ciências Sociais a historiografia oitocentista, pautar-se-ia numa ‘história-problema’, na ampliação do fato histórico, visto como sendo uma constante ‘construção’ dos historiadores, em um conceito alargado de fonte histórica, baseando-se em uma ‘história total’, ora definida também como ‘global’, e num intenso diálogo interdisciplinar com as Ciências Sociais. Mas, ao responderem as Ciências Sociais, igualmente o movimento dos *Annales* foi posto em xeque, em função do desafio lançado pelos marxismos. Para ele, não é nada fácil situar o marxismo e os *Annales*, no interior dos paradigmas do século XX, sintetizados pela modernidade e pela pós-modernidade. Não sendo apenas *complementares* ou *antagônicos*, o marxismo e os *Annales* também seriam vistos como propostas *diferenciadas*, pois, nessa leitura, o movimento dos *Annales* seria visto como neoconservador, ao amparar um discurso no poder, razão pela qual seriam situados em campos, senão totalmente opostos, ao menos distintos de propor a mudança social.

Por fim, nos mostra como Gilberto Freyre se situou nestes desafios, ao agrupar ciência e arte em suas obras, e escrever uma história sobre o Brasil.

Portanto, ao descortinar os desafios lançados pela memória e pelo esquecimento, assim como pelas tensões entre ciência e arte na escrita da história nas últimas décadas do século passado, situando as respostas de Paul Ricoeur a tais contendas, e, depois, ao vislumbrar de que modo o movimento dos *Annales* responderia aos desafios das Ciências Sociais e dos marxismos, nas primeiras décadas daquele século, o autor pretendeu demonstrar quais os principais desafios historiográficos que foram lançados à escrita da história naquele período. Ao fechar sua análise, com uma rápida apresentação de Gilberto Freyre, preocupou-se também em indicar de que maneira um autor na periferia dos debates historiográficos se situaria no interior daqueles desafios postos a escrita da história. Desse modo, além de ser um convite para os leitores conhecerem quais são os desafios historiográficos que os historiadores enfrentam em seu ofício, também acabou, nesse ínterim, escrevendo uma sintética história da historiografia do século XX.

Referências

- REIS, J. C. *História e Teoria. Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: FGV, 2003b.
- _____. *Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais*. Londrina: Eduel, 2003a.
- _____. *Nouvelle Histoire e tempo histórico. A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994a.
- _____. *Tempo, História e Evasão*. Campinas/São Paulo: Papirus, 1994b.
- _____. *Annales: a renovação da história*. Belo Horizonte: Ed. Ufop, 1996.
- _____. *A História: entre a filosofia e a ciência – 2ª edição – São Paulo: Ática, 1999a*.
- _____. *Escola dos Annales. A inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 1999b.
- _____. *As identidades do Brasil 2*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.